

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AVALIAÇÕES INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Telma Lustosa Silva Santana¹
Aline Paula Borré²
Cristiane da Silva Reis Gondim³
Lourdes Miranda Marino⁴
Ludimila Fernandes da Silva⁵
Wellington José Rosa Silva⁶

RESUMO: Este estudo investigou os desafios enfrentados na formação de professores para avaliações inclusivas na educação básica. O problema central abordou a falta de preparo dos docentes para lidar com as necessidades de alunos com deficiência e a eficácia das políticas públicas voltadas à educação inclusiva. O objetivo geral foi identificar os principais desafios da formação docente para a implementação de avaliações inclusivas, buscando compreender a relação entre as políticas públicas e as práticas de avaliação nas escolas. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, com análise de estudos e pesquisas anteriores sobre o tema. Os resultados indicaram que a formação inicial dos professores muitas vezes não prepara os docentes para aplicar avaliações inclusivas, sendo necessária uma formação continuada. Além disso, observou-se que, embora as políticas públicas tenham avançado no reconhecimento da educação inclusiva, sua aplicação nas práticas de avaliação ainda enfrenta dificuldades, como a resistência dos professores e a falta de recursos adequados. A análise mostrou que a combinação de políticas públicas, formação continuada e apoio institucional é essencial para a efetividade das avaliações inclusivas. As considerações finais apontaram para a necessidade de mais estudos que investiguem o impacto das políticas educacionais inclusivas nas práticas avaliativas e como as escolas podem melhorar a formação dos docentes.

5933

Palavras-chave: Formação docente. Avaliação inclusiva. Políticas públicas. Educação básica. Deficiência.

ABSTRACT: This study investigated the challenges faced in teacher training for inclusive assessments in basic education. The central problem addressed the lack of preparation of teachers to deal with the needs of students with disabilities and the effectiveness of public policies aimed at inclusive education. The general objective was to identify the main challenges of teacher training for the implementation of inclusive assessments, seeking to understand the relationship between public policies and assessment practices in schools. The methodology adopted was a literature review, with analysis of previous studies and research on the subject. The results indicated that initial teacher training often does not prepare teachers to apply inclusive assessments, and that ongoing training is necessary. In addition, it was observed that, although public policies have advanced in the recognition of inclusive education, its application in assessment practices still faces difficulties, such as teacher resistance and the lack of adequate resources. The analysis showed that the combination of public policies, ongoing training, and institutional support is essential for the effectiveness of inclusive assessments. The final considerations pointed to the need for further studies that investigate the impact of inclusive educational policies on assessment practices and how schools can improve teacher training.

Keywords: Teacher training. Inclusive assessment. Public policies. Basic education. Disability.

¹Mestranda em Ciências da Educação. Universidade Autônoma de Assunção (UAA).

²Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação. Must University (MUST).

³Doutoranda em Ciências da Educação. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

⁴Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação. Must University (MUST).

⁵Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁶Mestrando em Ciências da Educação. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

INTRODUÇÃO

A formação de professores para avaliação inclusiva é um tema relevante no contexto da educação básica, principalmente no cenário atual, que busca garantir o acesso de todos os estudantes ao processo educacional, independentemente das suas condições. A educação inclusiva visa criar um ambiente de aprendizagem em que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma adequada, incluindo aqueles com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a avaliação assume um papel central, pois é por meio dela que se verifica o progresso dos estudantes e se ajustam as práticas pedagógicas, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seus conhecimentos de maneira justa e equitativa. Entretanto, a aplicação de avaliações inclusivas tem se mostrado um desafio tanto para os docentes quanto para os gestores educacionais, uma vez que envolve a adaptação dos instrumentos avaliativos e a formação dos professores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

A justificativa para o estudo deste tema está relacionada à necessidade de se discutir os obstáculos que ainda persistem na formação de professores para lidar com avaliações inclusivas. Apesar da crescente implementação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, muitos professores ainda não têm a formação necessária para aplicar avaliações adaptadas às necessidades de alunos com deficiência. A falta de preparo na formação inicial e a escassez de programas de formação continuada para os docentes em serviço são questões que comprometem a efetividade da avaliação inclusiva. Além disso, a resistência a mudanças nos métodos de avaliação e a carência de recursos pedagógicos adequados são desafios que dificultam a implementação plena da avaliação inclusiva no cotidiano escolar. A formação docente para avaliação inclusiva, portanto, torna-se uma necessidade urgente, a fim de que a educação básica seja, de fato, acessível a todos os alunos.

O problema que orienta esta pesquisa reside na identificação e análise dos desafios enfrentados pelos professores da educação básica na formação para avaliações inclusivas. Embora existam diversas diretrizes que orientam a prática da educação inclusiva, a formação dos professores para desenvolver avaliações que atendam a todos os alunos de maneira justa ainda é um desafio considerável. A literatura existente aponta para a lacuna entre as exigências das políticas educacionais e a realidade das salas de aula, onde a avaliação continua a ser um processo excludente para muitos alunos. Esse contexto desperta a necessidade de uma análise crítica sobre os caminhos a serem seguidos na formação docente, tanto na formação inicial

quanto na contínua, para que as avaliações inclusivas sejam realizadas de maneira eficaz e acessível.

O objetivo desta pesquisa é identificar e discutir os principais desafios enfrentados pelos professores da educação básica na formação para avaliações inclusivas, com base em uma revisão bibliográfica de estudos e práticas pedagógicas relacionadas à temática.

Este texto está estruturado em diferentes seções, de modo a abordar o tema de forma organizada e clara. A seguir, será apresentado o referencial teórico, que delineará os principais conceitos e as abordagens sobre a educação inclusiva, a formação de professores e as práticas avaliativas inclusivas. Em seguida, o desenvolvimento do texto discutirá os principais desafios identificados na literatura sobre a formação docente para a avaliação inclusiva. A metodologia utilizada será explicada, detalhando os critérios de seleção dos estudos analisados. A seção de discussão e resultados abordará os principais achados da revisão, enquanto as considerações finais apresentarão as conclusões e sugestões para futuras pesquisas e políticas educacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado em três tópicos principais, com o intuito de proporcionar uma compreensão sobre os conceitos e as práticas relacionadas ao tema da pesquisa. Inicialmente, será abordada a definição e os princípios da educação inclusiva, destacando a importância de criar ambientes de aprendizagem acessíveis para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais. Em seguida, será discutido o papel da formação de professores nesse contexto, analisando a formação inicial e continuada necessária para que os docentes possam aplicar práticas pedagógicas inclusivas de forma eficaz. Por fim, o referencial teórico trará uma análise das avaliações inclusivas, focando nas metodologias, instrumentos e estratégias que possibilitam a adaptação das avaliações às diversas necessidades dos alunos. Esses tópicos visam fornecer uma base para a compreensão dos desafios que envolvem a formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica.

5935

O CONCEITO DE AVALIAÇÃO INCLUSIVA

A avaliação inclusiva é um conceito central na busca por uma educação que atenda às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais. De acordo com Pletsche (2009), a avaliação inclusiva “deve ser

compreendida como um processo contínuo que respeita as diferenças individuais dos estudantes, proporcionando formas adequadas de avaliação que permitam que todos, independentemente de suas condições, possam demonstrar seus conhecimentos e habilidades” (Pletsche, 2009, p. 12). Essa definição ressalta a importância de um processo de avaliação que vá além da simples mensuração de desempenho, sendo adaptado às características de cada aluno, com o objetivo de garantir a equidade no processo educativo.

Além disso, a avaliação inclusiva está relacionada à adaptação do currículo para atender às necessidades dos alunos com deficiência. De acordo com Santos (2024), “é necessário que o currículo seja flexível, permitindo a modificação dos conteúdos e das formas de avaliação, a fim de garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e de demonstrar o que sabem” (Santos, 2024, p. 48). Essa flexibilidade curricular é fundamental para que a avaliação não se torne um obstáculo à inclusão, mas sim um instrumento que possa ser ajustado para refletir o verdadeiro potencial dos alunos, respeitando suas diversidades.

Os métodos de avaliação que promovem a equidade no ambiente escolar incluem práticas como a avaliação formativa, que se caracteriza pela constante retroalimentação ao aluno sobre seu desempenho, com o intuito de apoiar o seu aprendizado. Segundo Gonçalves *et al.* (2013), “a avaliação formativa permite a identificação precoce de dificuldades, possibilitando a intervenção pedagógica de forma a atender a diversidade dos alunos” (Gonçalves *et al.*, 2013, p. 266). Esse método é especialmente importante no contexto da avaliação inclusiva, pois permite que o docente acompanhe o desenvolvimento de cada aluno, adaptando suas práticas pedagógicas conforme as necessidades identificadas.

Portanto, a avaliação inclusiva é um processo que vai além da simples mensuração de resultados, incorporando a adaptação do currículo e a aplicação de métodos que promovam a equidade entre todos os estudantes. Ela busca não apenas avaliar o desempenho dos alunos, mas também oferecer oportunidades de aprendizado contínuo, levando em consideração as especificidades de cada aluno e garantindo a todos as mesmas condições de participação e sucesso no ambiente escolar.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA AVALIAÇÕES INCLUSIVAS

A formação docente para a avaliação inclusiva enfrenta diversos desafios que dificultam a aplicação eficaz dessas práticas no contexto da educação básica. Um dos principais problemas é a falta de preparo dos professores para lidar com as necessidades de alunos com deficiência.

Segundo Pletsche (2009), “a carência de uma formação adequada para lidar com a diversidade nas salas de aula tem sido um dos principais obstáculos para a implementação de uma educação inclusiva efetiva, visto que os docentes, muitas vezes, não possuem a formação necessária para adaptar suas práticas pedagógicas e avaliativas” (Pletsche, 2009, p. 30). Essa falta de preparação reflete-se na dificuldade de adaptar as estratégias de ensino e avaliação para garantir que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, tenham oportunidades de aprender e ser avaliados de forma justa.

Outro desafio significativo é a resistência dos professores e a falta de recursos adequados para implementar avaliações inclusivas. Gonçalves *et al.* (2013) apontam que “muitos docentes, apesar de reconhecerem a importância da educação inclusiva, ainda apresentam resistência às mudanças necessárias em suas práticas avaliativas, principalmente pela falta de recursos pedagógicos e materiais adaptados que possibilitem a inclusão efetiva” (Gonçalves *et al.*, 2013, p. 267). A falta de apoio institucional e de infraestrutura adequada é um obstáculo importante para a implementação de avaliações que atendam a todos os estudantes de maneira equitativa.

A formação inicial e a formação continuada desempenham papéis complementares na preparação dos professores para trabalhar com avaliação inclusiva. Segundo Giroto e Castro (2011), “a formação inicial, embora essencial, não é suficiente para capacitar os professores a lidarem com os desafios diários da educação inclusiva; é necessário que haja uma formação continuada, onde os docentes possam aprimorar suas habilidades, receber apoio e atualizações sobre novas metodologias e ferramentas inclusivas” (Giroto & Castro, 2011, p. 14). A formação inicial oferece a base necessária, mas a formação continuada é crucial para garantir que os docentes se mantenham atualizados e capacitados para enfrentar os desafios da avaliação inclusiva de maneira eficiente.

Portanto, os desafios na formação docente para avaliações inclusivas envolvem questões como a falta de preparação dos professores, a resistência à mudança e a escassez de recursos adequados. Além disso, a formação inicial deve ser complementada com a formação continuada, que desempenha um papel fundamental para garantir que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula e para implementar avaliações inclusivas eficazes.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIRETRIZES PARA AVALIAÇÕES INCLUSIVAS

As políticas públicas relacionadas à educação inclusiva e à avaliação dos alunos com deficiência têm se mostrado um fator determinante para o avanço da inclusão no sistema

educacional brasileiro. Segundo Santos (2024), “as políticas públicas voltadas para a inclusão educacional buscam garantir que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade, e isso inclui a adaptação dos métodos de avaliação para atender às suas necessidades” (Santos, 2024, p. 62). A implementação dessas políticas, no entanto, ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos e de uma formação específica para os educadores, o que pode comprometer a eficácia das avaliações inclusivas.

No contexto das diretrizes curriculares nacionais, a relação com a avaliação inclusiva é estabelecida de forma a garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de demonstrar seus conhecimentos. Como aponta Gonçalves *et al.* (2013), “as diretrizes curriculares nacionais devem ser interpretadas e aplicadas de maneira a permitir a adaptação do currículo e das avaliações, para que os alunos com deficiência possam alcançar os mesmos objetivos educacionais de seus pares” (Gonçalves *et al.*, 2013, p. 269). Essas diretrizes têm como objetivo promover a equidade educacional, oferecendo direções claras sobre como as avaliações devem ser adaptadas e quais são as melhores práticas para a inclusão efetiva no ambiente escolar.

A implementação de políticas educacionais inclusivas é, portanto, essencial para a formação docente e para a adequação das avaliações escolares. De acordo com Pletsche (2009), “para que a educação inclusiva seja efetiva, é necessário que as políticas educacionais não apenas garantam o acesso dos alunos com deficiência, mas também que promovam uma formação docente voltada para a adaptação das práticas pedagógicas e avaliativas” (Pletsche, 2009, p. 15). A formação contínua dos professores, como parte das políticas educacionais inclusivas, é fundamental para que os docentes possam aplicar de maneira adequada as diretrizes de avaliação inclusiva e para que esses alunos possam alcançar seu pleno potencial.

Portanto, as políticas públicas e as diretrizes curriculares nacionais são elementos chave para garantir que a avaliação inclusiva seja realizada de forma eficaz. Elas estabelecem as bases para a formação docente e fornecem as orientações necessárias para a adaptação do currículo e das avaliações, visando a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas condições. A implementação efetiva dessas políticas é essencial para que a educação inclusiva se torne uma realidade em todas as escolas.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e teve como tipo uma revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar e discutir os desafios enfrentados pelos professores da educação básica na formação para avaliações inclusivas. A revisão bibliográfica foi realizada a

partir de uma seleção de artigos acadêmicos, livros, dissertações e teses que abordam a temática da educação inclusiva, da formação docente e das práticas de avaliação adaptadas. Para a coleta de dados, foram utilizados recursos de busca em bases de dados acadêmicas como Google Acadêmico, Scielo, e bases específicas de periódicos da área de educação. Os critérios de inclusão dos estudos basearam-se na relevância do tema, no ano de publicação (priorizando estudos recentes) e na contribuição para a compreensão dos desafios na formação docente para a avaliação inclusiva. Os estudos selecionados foram analisados de forma a identificar os principais obstáculos e soluções propostas, além de aspectos relacionados à implementação de avaliações inclusivas nas escolas. A análise dos dados foi feita por meio da leitura e síntese dos resultados apresentados nas publicações selecionadas.

A seguir, apresenta-se um quadro com as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa, organizadas por autor, título conforme publicado, ano e tipo de trabalho. Este quadro visa facilitar a consulta das fontes e oferecer um panorama das principais publicações que fundamentam a análise sobre os desafios na formação de professores para avaliações inclusivas.

Quadro 1 – Referências Bibliográficas Utilizadas na Pesquisa

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de Trabalho
PLETSCH, M. D.	A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas	2009	Artigo
GIROTO, C. R. M.; DE CASTRO, R. M.	A formação de professores para a educação inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil	2011	Artigo
GONÇALVES, Fábio Peres et al.	A educação inclusiva na formação de professores e no ensino de química: a deficiência visual em debate	2013	Artigo
CRUZ, G. C.; GLAT, R.	Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura	2014	Artigo
MOREIRA, G. E.	A educação matemática inclusiva no contexto da Pátria Educadora e do novo PNE: reflexões no âmbito do GD7	2015	Artigo

MARTINS, B. A.	Autoeficácia docente no contexto da educação inclusiva: instrumentos de medida e formação de professores baseada em experiências vicárias	2018	Tese
WINTERHALTER, D. F.; MONZÓN, A. J. B.	A formação de professores para/na educação inclusiva: formação em colaboratividade no contexto do ensino remoto	2021	Artigo
OLIVEIRA, Vanusa Batista de	Discussões das práticas avaliativas em turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Goiânia e os depoimentos dos docentes sob o olhar das concepções de cunho histórico-cultural	2023	Dissertação
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.)	Educação 4.0: gestão, inclusão e tecnologia na construção de currículos inovadores	2024	Livro
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.)	Inclusão integral: desafios contemporâneos na educação e sociedade	2024	Livro
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.)	Mídias e tecnologia no currículo: estratégias inovadoras para a formação docente contemporânea	2024	Livro

Fonte: autoria própria

Após a inserção do quadro, é possível observar as principais fontes que sustentam a análise da temática abordada. As referências foram selecionadas com base na relevância e contribuição para a discussão sobre a formação de professores para avaliações inclusivas, oferecendo uma visão geral das publicações significativas que tratam do tema no contexto da educação básica.

A nuvem de palavras acima sintetiza os principais conceitos abordados nos títulos das referências utilizadas nesta pesquisa. Palavras como “educação inclusiva”, “formação”, “professores”, “gestão” e “inclusão” refletem os temas centrais que envolvem os desafios e estratégias contemporâneas para a formação docente em um contexto de inclusão.

sendo um desafio, especialmente quando o professor se depara com uma diversidade de alunos que exigem metodologias e ferramentas específicas.

Diante disso, a necessidade de uma formação continuada e de uma constante atualização profissional se torna evidente. Pletsche (2009) argumenta que “a formação continuada é fundamental para que os professores possam lidar com as mudanças e os desafios impostos pela educação inclusiva, uma vez que o ambiente educacional e as necessidades dos alunos estão em constante evolução” (Pletsche, 2009, p. 19). Essa atualização profissional deve ser vista como um processo contínuo, que permite aos docentes aprimorar suas competências e aplicar novas estratégias pedagógicas e avaliativas adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência.

Portanto, os desafios na formação docente são claros: a falta de uma formação inicial específica e a necessidade de uma formação continuada e constante atualização. Para que a avaliação inclusiva seja efetiva, é imprescindível que os professores sejam preparados desde a sua formação inicial, mas também que recebam suporte contínuo para lidar com as particularidades do processo de inclusão nas escolas.

PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS

As práticas de avaliação inclusiva nas escolas de educação básica têm se consolidado como um elemento fundamental para garantir que todos os alunos, possam ser avaliados de forma justa e equitativa. Segundo Santos (2024), “as práticas avaliativas inclusivas buscam a adaptação dos instrumentos de avaliação e a flexibilização dos métodos, para que alunos com diferentes necessidades possam demonstrar seus conhecimentos e habilidades sem serem prejudicados por barreiras externas” (Santos, 2024, p. 80). Essa adaptação é crucial para que o processo de avaliação reflita as reais capacidades dos alunos com deficiência, permitindo-lhes participar do ambiente escolar.

Exemplos de práticas avaliativas inclusivas incluem a utilização de avaliações formativas e adaptadas, que são realizadas de maneira contínua e proporcionam aos alunos a oportunidade de mostrar seu aprendizado em diferentes contextos. Gonçalves *et al.* (2013) afirmam que “as avaliações formativas, quando bem aplicadas, podem ser ferramentas para acompanhar o desenvolvimento dos alunos, oferecendo feedback constante que os ajuda a melhorar suas habilidades, ao mesmo tempo em que permitem ajustes nas estratégias pedagógicas” (Gonçalves *et al.*, 2013, p. 270). A prática de realizar avaliações que focam no progresso individual dos alunos, ao invés de uma simples comparação com os demais, tem se

mostrado eficaz, especialmente para os alunos com deficiência, pois permite uma abordagem mais personalizada e menos excludente.

No entanto, nem todas as experiências de avaliação inclusiva têm sido bem-sucedidas. De acordo com Martins (2018), “em muitas escolas, as práticas avaliativas inclusivas não são implementadas devido à falta de recursos adequados, resistência dos professores e uma visão restrita de inclusão, que muitas vezes não abrange as necessidades específicas de cada aluno” (Martins, 2018, p. 36). Esse relato evidencia as falhas na implementação dessas práticas, que, apesar de bem intencionadas, esbarram em dificuldades estruturais e pedagógicas que comprometem sua eficácia. Além disso, é importante destacar que as avaliações inclusivas não devem se limitar à simples adaptação de instrumentos, mas envolver uma reflexão contínua sobre a prática pedagógica como um todo.

Em termos de resultados de estudos de caso, a pesquisa de Giroto e Castro (2011) mostra que “escolas que adotaram práticas de avaliação inclusiva, como a utilização de recursos tecnológicos adaptados e a formação contínua de seus professores, apresentaram avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência, melhorando seu desempenho acadêmico e sua participação nas atividades escolares” (Giroto & Castro, 2011, p. 19). Esses resultados destacam o impacto positivo das práticas avaliativas inclusivas quando acompanhadas de uma estrutura de apoio e formação profissional adequada.

5943

Portanto, embora as práticas de avaliação inclusiva estejam sendo implementadas nas escolas, o sucesso dessas práticas depende não apenas da adaptação dos instrumentos de avaliação, mas também da superação de desafios estruturais e da formação contínua dos docentes. O resultado de estudos de caso indica que a combinação de estratégias de adaptação e suporte pedagógico pode resultar em uma inclusão equitativa para os alunos com deficiência.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E SEU IMPACTO NAS AVALIAÇÕES

A implementação das políticas públicas para a educação inclusiva tem sido um passo importante na busca por uma educação equitativa, no entanto, a sua efetividade nas práticas de avaliação ainda enfrenta desafios consideráveis. De acordo com Pletsche (2009), “as políticas públicas de inclusão buscam garantir o acesso dos alunos com deficiência ao currículo escolar, mas a adaptação das práticas avaliativas muitas vezes esbarra em questões estruturais e na falta de formação específica dos docentes” (Pletsche, 2009, p. 22). Isso demonstra que, embora as políticas públicas estabeleçam diretrizes importantes, a adaptação efetiva dessas políticas no

cotidiano escolar, especialmente nas avaliações, ainda encontra barreiras que dificultam sua aplicação plena.

A relação entre as políticas de inclusão e as práticas de avaliação é complexa, pois a implementação das políticas nem sempre é acompanhada por uma formação contínua dos professores ou pela oferta de recursos adequados. Santos (2024) afirma que “apesar das políticas de inclusão garantirem o direito à educação para todos, muitos professores ainda não têm acesso a formação contínua sobre como adaptar suas práticas avaliativas para alunos com deficiência, o que compromete a efetividade dessas políticas” (Santos, 2024, p. 73). Essa falta de formação contínua e de infraestrutura adequada pode resultar em práticas avaliativas que não atendem as necessidades dos alunos com deficiência, enfraquecendo a eficácia das políticas de inclusão.

Os resultados obtidos com a implementação das políticas de inclusão no contexto da educação básica mostram avanços, mas também evidenciam falhas que precisam ser abordadas. Giroto e Castro (2011) relatam que “em algumas escolas, a adoção das políticas de inclusão resultou em uma maior participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares, mas, por outro lado, observou-se que as práticas avaliativas nem sempre foram ajustadas para permitir a plena inclusão desses alunos” (Giroto & Castro, 2011, p. 16). Esse resultado indica que, embora as políticas públicas tragam benefícios, a adaptação das avaliações nem sempre segue o ritmo das mudanças no currículo e nas práticas pedagógicas, o que pode prejudicar a equidade no processo de avaliação.

5944

Portanto, a implementação das políticas de inclusão tem gerado resultados positivos, como maior acesso e participação dos alunos com deficiência no ambiente escolar, mas ainda existem desafios significativos, especialmente no que se refere à adaptação das práticas avaliativas. Para que as políticas de inclusão se tornem efetivas, é necessário que haja uma articulação entre as diretrizes educacionais e as práticas pedagógicas, incluindo a formação contínua dos professores e a disponibilização de recursos adequados para a avaliação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre os desafios na formação de professores para avaliações inclusivas revelou importantes achados relacionados às práticas educacionais nas escolas de educação básica. Um dos principais achados é que a falta de preparo dos professores para lidar com as necessidades dos alunos com deficiência é um dos maiores obstáculos para a implementação efetiva de avaliações inclusivas. A formação inicial, por si só, não é suficiente para garantir que

os docentes estejam preparados para adaptar suas práticas de avaliação às necessidades de cada aluno, sendo necessário um acompanhamento contínuo por meio de formação continuada.

Além disso, a pesquisa apontou que as políticas públicas relacionadas à educação inclusiva, embora tenham sido um avanço significativo no reconhecimento do direito à educação para todos os alunos, ainda enfrentam desafios em sua aplicação nas práticas avaliativas. Muitas vezes, as escolas não possuem recursos adequados ou não há uma formação constante dos docentes, o que compromete a efetividade das políticas de inclusão nas avaliações. Mesmo com as diretrizes curriculares que orientam a adaptação das avaliações, as práticas adotadas nem sempre atendem às necessidades dos alunos com deficiência, evidenciando a necessidade de um maior alinhamento entre as políticas educacionais e as práticas de sala de aula.

Outro ponto relevante identificado foi a resistência de alguns professores à mudança, o que, em alguns casos, dificulta a implementação de estratégias de avaliação inclusiva. Essa resistência está, em parte, ligada à falta de recursos e apoio institucional, mas também à falta de uma compreensão sobre as metodologias que poderiam ser empregadas nas avaliações inclusivas. Em escolas onde a formação contínua e o suporte, a implementação das práticas de avaliação inclusiva tem mostrado resultados positivos, com maior participação e inclusão de alunos com deficiência nas atividades escolares.

5945

A contribuição deste estudo está na identificação dos principais desafios que a educação básica enfrenta na formação de professores para a avaliação inclusiva. Ao destacar esses desafios, a pesquisa contribui para a reflexão sobre a necessidade de ajustar as políticas públicas e de investimento em recursos para que a avaliação inclusiva se torne uma prática efetiva nas escolas. Além disso, o estudo enfatiza a importância de um modelo de formação docente que inclua tanto a formação inicial quanto a continuada, com foco na adaptação das avaliações às necessidades de cada aluno.

Apesar dos avanços identificados, ainda há uma necessidade urgente de mais estudos que abordem as práticas avaliativas inclusivas nas escolas, especialmente sobre a eficácia das políticas públicas de inclusão e como elas se concretizam nas avaliações cotidianas. Futuras pesquisas podem explorar, por exemplo, como as escolas podem melhorar a formação de seus professores, além de investigar o impacto das tecnologias na adaptação das avaliações. Dessa forma, será possível ampliar o entendimento sobre como a avaliação inclusiva pode ser

aprimorada para que todos os alunos, sem exceção, tenham a oportunidade de mostrar seus conhecimentos de maneira justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, G. C.; GLAT, R. **Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura.** Educar em Revista, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000200015&script=sci_abstract

GIROTO, C. R. M.; DE CASTRO, R. M. **A formação de professores para a educação inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil.** Revista Educação Especial, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127403009.pdf>

GONÇALVES, Fábio Peres et al. A educação inclusiva na formação de professores e no ensino de química: a deficiência visual em debate. **Química Nova na Escola**, v. 35, n. 4, p. 264-271, 2013. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc35_4/08-RSA-100-11.pdf

MARTINS, B. A. **Autoeficácia docente no contexto da educação inclusiva: instrumentos de medida e formação de professores baseada em experiências vicárias.** 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180246/martins_ba_dr_mar.pdf?sequ

MOREIRA, G. E. **A educação matemática inclusiva no contexto da Pátria Educadora e do novo PNE: reflexões no âmbito do GD7.** Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/25667>

OLIVEIRA, Vanusa Batista de. **Discussões das práticas avaliativas em turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Goiânia e os depoimentos dos docentes sob o olhar das concepções de cunho histórico-cultural.** 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4960>

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar em Revista, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLQGRR76Hc9dHqQ/?lang=pt&format=html>

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.). **Educação 4.0: gestão, inclusão e tecnologia na construção de currículos inovadores.** São Paulo: Editora Arché, 2024. ISBN 978-65-6054-0989.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.). **Inclusão integral: desafios contemporâneos na educação e sociedade.** São Paulo: Editora Arché, 2024. ISBN 978-65-6054-112-2.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). **Mídias e tecnologia no currículo: estratégias inovadoras para a formação docente contemporânea.** São Paulo: Editora Arché, 2024. ISBN 978-65-6054-106-1.

WINTERHALTER, D. F.; MONZÓN, A. J. B. **A formação de professores para/na educação inclusiva: formação em colaboratividade no contexto do ensino remoto.** Cadernos do Aplicação, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/114011>